NOVABASE

like life

RELATÓRIO E CONTAS - 1º SEMESTRE 2011

I - Relatório de Gestão

1. Evolução dos Indicadores Chave
2. Resumo da Actividade
3. Comportamento Bolsista
4. Perspectivas 2011

II - Demonstrações Financeiras Consolidadas

III - Anexos ao Relatório de Gestão

I Estrutura Accionista e Participações Qualificadas

II Transacções de Dirigentes

III Transacções de Acções Próprias

IV - Contas Consolidadas

V - Contas Individuais

VI - Declaração de Cumprimento

Resultados Consolidados 6M11

Informação Privilegiada

28 de Julho de 2011

Destaques:

Volume de Negócios: 119,1 M€
(122,8 M€ nos 6M10)

EBITDA: 8,2 M€
(11,6 M€ nos 6M10)

Resultados Líquidos: 3,5 M€
(7,2 M€ nos 6M10)

Net Cash: 13,5 M€
(21,1 M€ nos 12M10)

Mensagem do CEO - Luís Paulo Salvado

"Definimos como prioridades para 2011 o crescimento internacional e a preservação da posição no mercado nacional. Os resultados da Novabase no 1º semestre revelam-nos que estamos no bom caminho na internacionalização, mas que o nosso negócio doméstico está a ter um desempenho aquém do que antecipávamos, fruto do agravamento da situação económica do país nos últimos meses.

O Volume de Negócios foi de 119 M€, 3% abaixo do valor do período homólogo. O crescimento internacional foi significativo, mas não chegou para compensar a diminuição do negócio no mercado nacional. Ainda assim, fora de Portugal trabalhámos em mais de 30 países e crescemos uns expressivos 68%, sendo que a actividade internacional passou a representar perto de 18% do total. Nos serviços tivemos também um desempenho positivo, com um aumento de 5%.

Por outro lado, o EBITDA atingiu os 8,2 M€, o que representa uma redução de 30% face ao período homólogo. Esta degradação de margem, parcialmente já prevista pelos custos de internacionalização, explica-se pela enorme pressão competitiva que continua a afectar sobretudo as componentes de produto.

O Resultado Líquido situou-se nos 3,5 M€, uma redução de 51% face a igual período do ano passado, penalizado essencialmente pelos resultados financeiros. A geração de cash foi negativa em 7,6 M€, sendo que 4 M€ se destinaram ao dividendo pago em Junho.

Dado o significativo agravamento do contexto económico em Portugal e as incertezas sobre a sua evolução, e com base nos resultados agora apresentados, decidimos rever em baixa o nosso Guidance para 2011. Assim, o novo Guidance aponta para um Volume de Negócios na ordem dos 230 M€, com um EBITDA entre 14 e 17 M€.

Apesar das dificuldades que sabemos que temos pela frente, vamos manter as prioridades que traçámos para 2011. Vamos continuar a privilegiar o crescimento internacional, afectando aí recursos importantes, e a dar o nosso melhor para preservarmos o negócio doméstico. Estamos confiantes que, no médio-prazo, é este o caminho que maximiza a criação de valor para a empresa."

RELAÇÕES COM INVESTIDORES:
María Gil Marín
Tel. +351 213 836 300
Fax: +351 213 836 301
investor.relations@novabase.pt

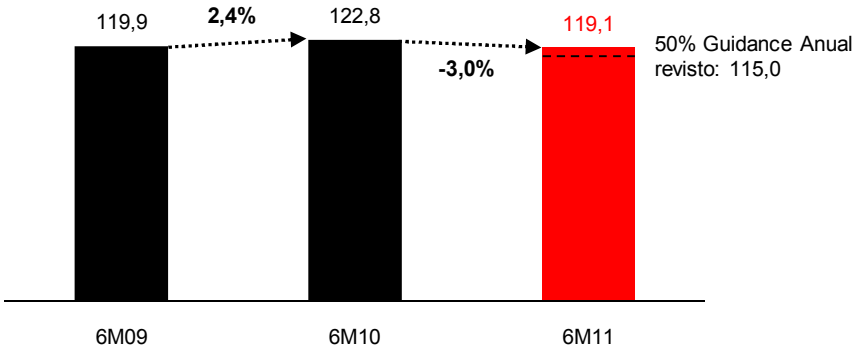
Relatório disponível no site :
www.novabase.pt

Novabase SGPS, S.A.
Sociedade Aberta . Código Euronext: NBA.AM .
Nº único de matrícula na CRC Lx e de Contribuinte nº 502.280.182 . Capital Social: 15.700.697,00 € .
Sede: Av. D. João II, Lote 1.03.2.3., 1998-031 Lisboa - PORTUGAL

1. Evolução dos Indicadores Chave

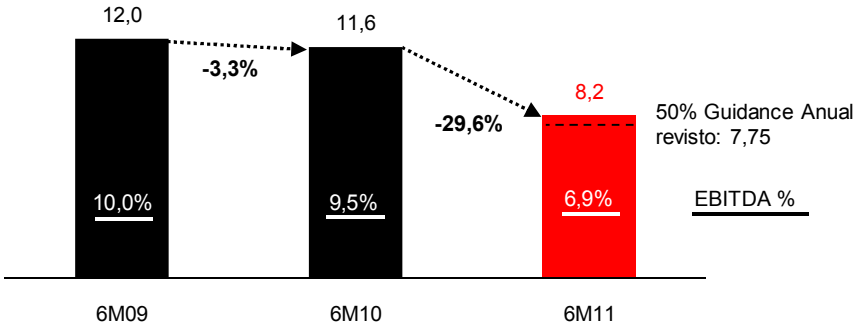
Volume de Negócios acima do Guidance anual revisto linearizado (+3,6%).

Volume de Negócios (M€)

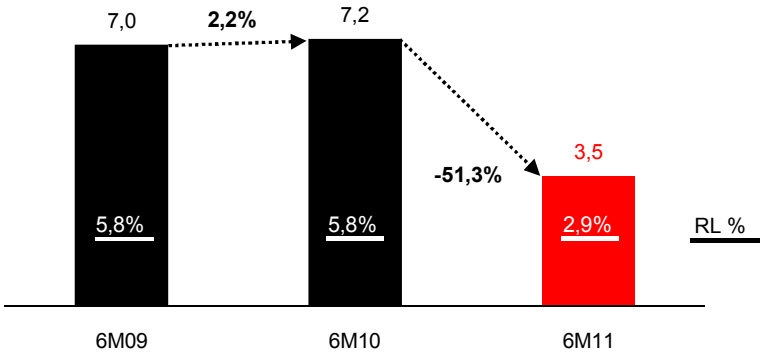


EBITDA acima do Guidance anual revisto linearizado de 14-17 M€ e 6,7% relativa: +5,8% acima do meio do intervalo (+0,1 pontos %).

EBITDA (M€)

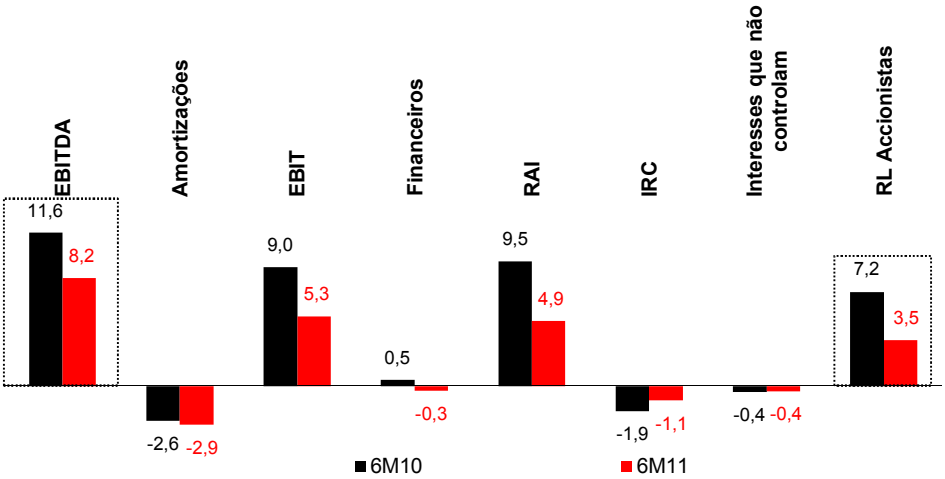


Resultados Líquidos Consolidados (M€)



Os Lucros por Acção (Earnings Per Share - EPS) nos 6M11 atingiram 0,11 euros por acção, registando um decréscimo face ao valor registado nos 6M10 de 0,24 euros por acção.

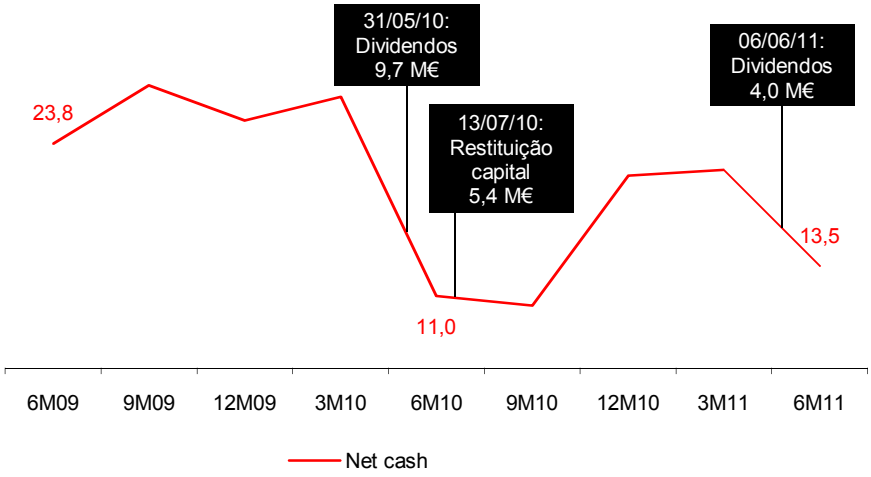
EBITDA para Resultado Líquido 6M11 Vs 6M10 (M€)



Os Resultados Financeiros atingiram o valor líquido negativo de 0,3 M€, abaixo do valor líquido positivo de 0,5 M€ registado no período homólogo, sobretudo devido a terem sido reconhecidos nos 6M11 ganhos cambiais inferiores aos registados nos 6M10 (0,03 M€ que comparam com 0,9 M€).

Net Cash (M€)

Consumo de cash de 7,6 M€, com efeito da distribuição de dividendos, investimento em fundo de maneio e algumas aquisições.



Nos 6M11, a Novabase apresenta um desempenho negativo a nível da geração de cash, embora sem recurso ao factoring desde 6M09. A Novabase terminou os 6M11 com 13,5 M€ em net cash, que compara com 21,1 M€ nos 12M10.

Note-se contudo, que este valor de cash reflecte a distribuição de dividendos no valor de 4,0 M€.

2. Resumo da Actividade

O 1º semestre de 2011 foi marcado por um agravamento do contexto macroeconómico em Portugal, o que afectou os investimentos no sector público e no privado. As consequências da crise económica manifestaram-se com maior intensidade e originaram uma degradação do desempenho operacional da Novabase.

A gestão da Novabase esteve focalizada na internacionalização e no desenvolvimento de novos sectores, continuando o esforço de preservação da posição no mercado nacional e de atenuação dos efeitos conjunturais.

Neste semestre foi definida uma nova estrutura de ofertas, ainda mais diferenciada e próxima das necessidades dos clientes. A Novabase tem agora a sua actividade estruturada em função de seis sectores (Telecoms & Media, Financial Services, Government & Healthcare, Energy & Utilities, Aerospace & Transportation e Manufacturing & Services) e agregada em quatro áreas de negócio (Business Solutions - BS, Infrastructures & Managed Services - IMS, Digital TV - DTV - e Venture Capital - VC).

A Business Solutions passa a incluir o negócio da Novabase Consulting e das áreas de Ticketing e de Managed Services (vertente aplicacional do outsourcing) anteriormente consideradas na Novabase IMS. O quadro abaixo mostra o Volume de Negócios e o EBITDA referentes a 2009 e a 2010 incluídos na Novabase IMS, e que transitaram em 2011 para o perímetro da Business Solutions:

Ticketing & Managed Services	6M09	6M10
Volume de Negócios (M€)	4,104	4,181
EBITDA (M€)	0,457	0,234

A actividade da empresa no 1º semestre de 2011 foi também marcada pela concretização de algumas parcerias estratégicas e entrada em novos negócios.

De destacar, a parceria que a Novabase estabeleceu com a Microsoft, no âmbito da qual as duas empresas vão passar a disponibilizar uma oferta conjunta de soluções de produtividade para grandes empresas, num modelo de cloud computing. Igualmente, a Novabase assinou uma parceria com a FICO (multinacional americana de tecnologia de suporte à decisão e análise preditiva de informação) para o fornecimento de soluções de topo para suporte à decisão em Portugal.

Investimento na Evolvespace Solutions insere-se na estratégia de internacionalização e crescimento no sector Aerospace & Transportation.

Também no 1º semestre de 2011, a Novabase reforçou a aposta no sector Aeroespacial com a aquisição da totalidade do capital da Evolvespace Solutions, cuja maioria da actividade é internacional, em países como a Alemanha, Reino Unido, França e Itália.

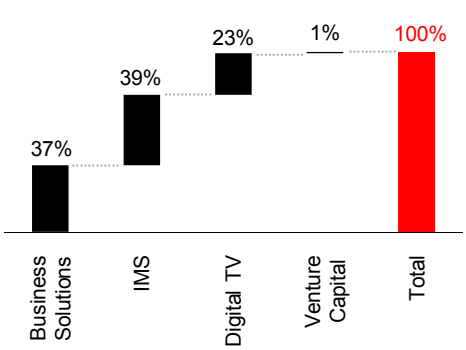
No que se refere ao negócio Venture Capital, foi decidido proceder à constituição do novo Fundo de Capital de Risco Inovação e Internacionalização, até um total de 11,36 M€. O mesmo será constituído de duas dotações autónomas apoiadas pelos Programas COMPETE em 5,0 M€ e POR Lisboa (focada na fase Early Stage) em 0,5 M€. Esta iniciativa está integrada no QREN e com co-financiamento da União Europeia via FEDER.

Investimento na FeedZai vem reforçar a aposta em empresa nacionais inovadoras, com fortes perspectivas de crescimento a nível internacional.

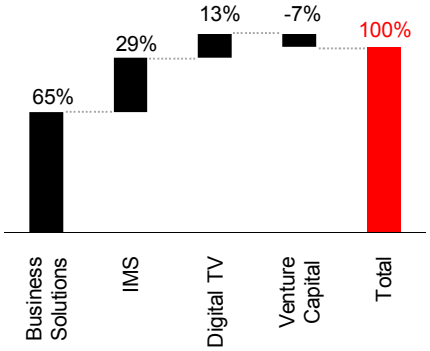
Adicionalmente, a Novabase anunciou um investimento de 330 mil euros na FeedZai, sendo este o primeiro projecto para o novo Fundo de Capital de Risco da Novabase. A FeedZai foi criada em 2008 na Universidade de Coimbra, tratando-se dum Spin-Off do programa Carnegie Mellon University - Portugal, no qual a Novabase participa como parceiro industrial de referência e co-financiador. O financiamento é feito em conjunto com a sociedade de capital de risco ES Ventures (grupo Espírito Santo). Do total investido pela Novabase, 163,37 mil euros serão provenientes do Programa COMPETE, integrado no QREN e com financiamento da União Europeia via FEDER.

A decomposição percentual do Volume de Negócios e do EBITDA pelos diferentes negócios, nos 6M11, é a seguinte:

Volume de Negócios 6M11



EBITDA 6M11



Crescimento de 4,9% nos serviços, em linha com o foco estratégico da Novabase de conferir maior valor acrescentado às suas ofertas.

Do Volume de Negócios total gerado nos 6M11, a prestação de serviços representa 55,9%, o que compara com 51,7% nos 6M10.

Do Volume de Negócios de 119,1 M€, 17,6% são gerados fora de Portugal, ou seja 21,0 M€, que comparam com os 12,5 M€ registados nos 6M10.

Volume de Negócios por geografia 6M10

Volume de Negócios por geografia 6M11

Negócio internacional cresceu 68,4%, reflectindo a aposta nos mercados fora de Portugal.

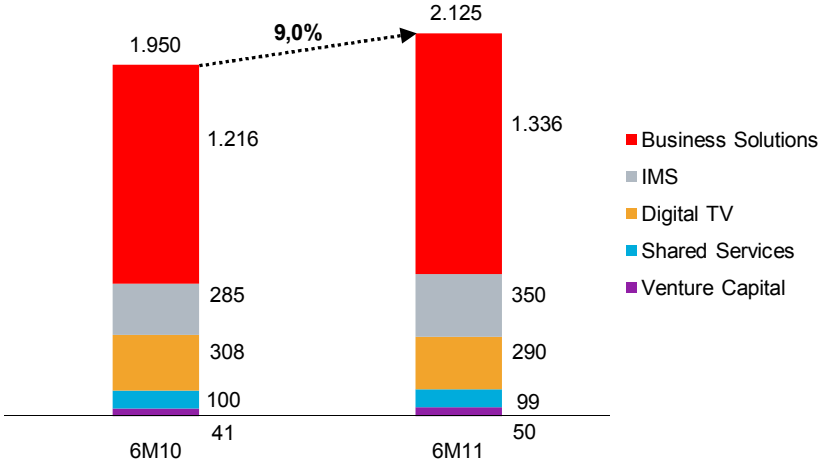
O negócio fora de Portugal gerado na Business Solutions cresceu para 16,2% da respectiva facturação. Na IMS, as vendas internacionais nos 6M11 subiram para 22,0% da respectiva facturação. A Digital TV aumentou a componente internacional, a qual representa 13,7% da respectiva facturação.

A Novabase teve em média, nos 6M11, 2.125 colaboradores, o que representa um acréscimo de 9,0% face aos 6M10 (1.950) e de 6,1% face ao FY10 (2.003).

A distribuição de colaboradores pelas várias áreas da Novabase, nos 6M11, é a seguinte:

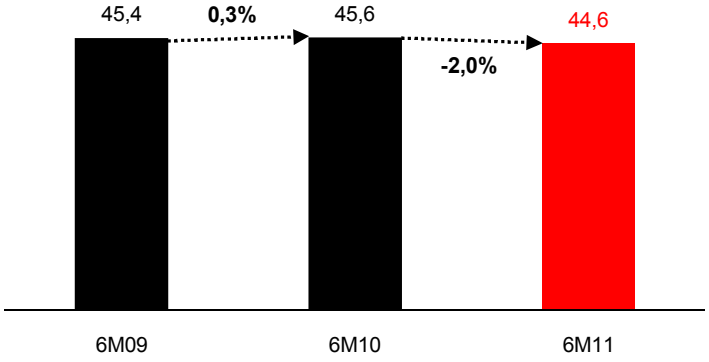
Crescimento no número médio de colaboradores para reforço da estratégia de expansão internacional e dos novos sectores e para apoio ao crescimento dos serviços.

Número Médio de Colaboradores



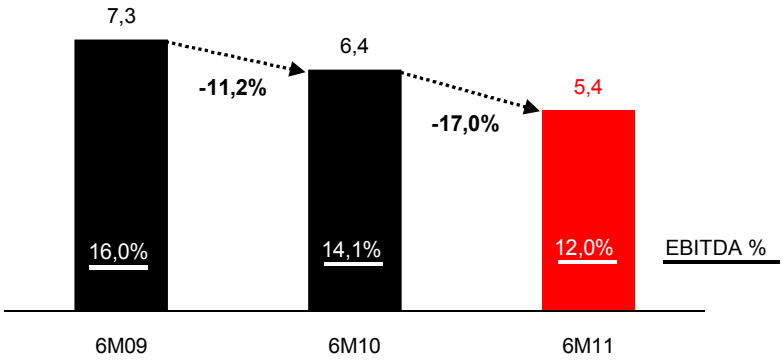
2.1. Business Solutions

Volume de Negócios Business Solutions (M€)



Evolução da BS reflecte a pressão conjuntural nos preços e, pontualmente, a redução das taxas de alocação.

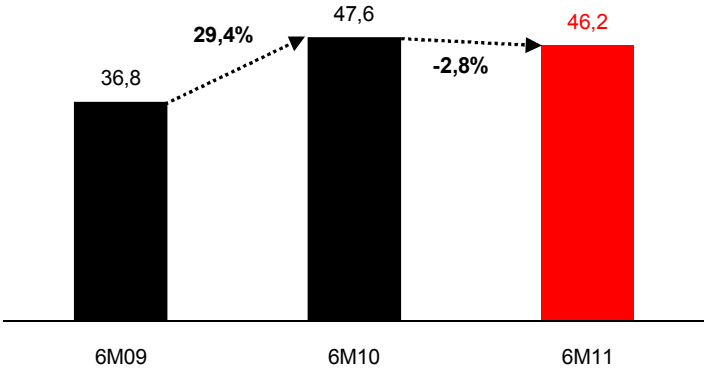
EBITDA Business Solutions (M€)



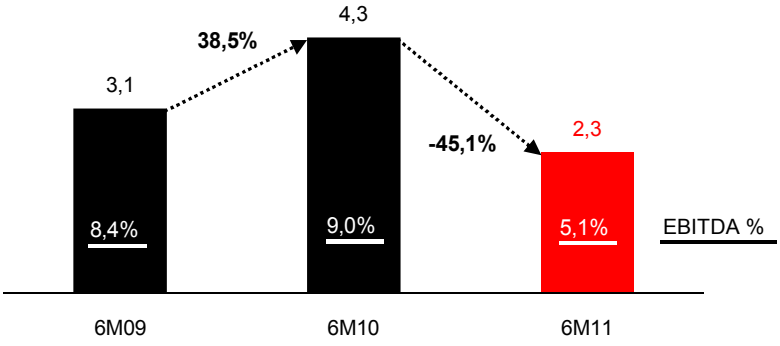
2.2. Infrastructures & Managed Services

Evolução da IMS deve-se fundamentalmente à forte pressão nos preços, apesar do crescimento dos serviços e das vendas internacionais. Esta área deverá ser analisada por períodos temporais mais alargados.

Volume de Negócios IMS (M€)



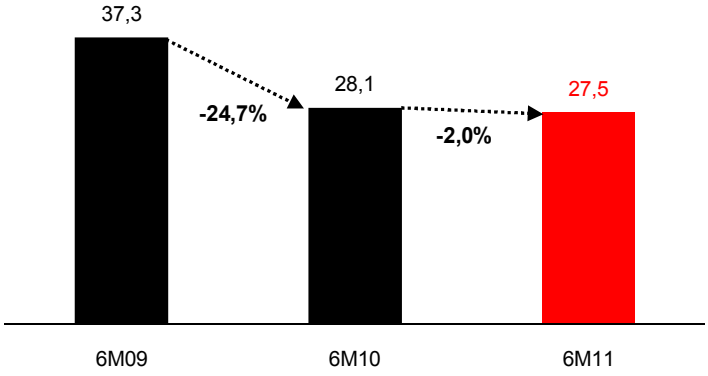
EBITDA IMS (M€)



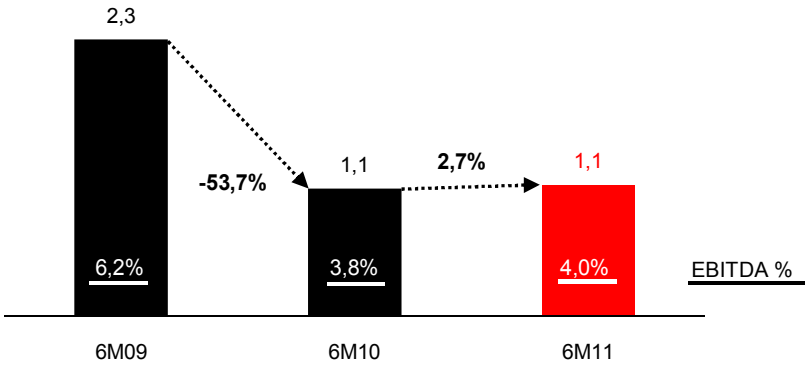
2.3. Digital TV

Evolução da DTV reflecte pressão nos preços na componente de vendas em Portugal, parcialmente compensada pelo crescimento da componente internacional e pela execução de projectos de maior valor acrescentado. Esta área deverá ser analisada por períodos temporais mais alargados.

Volume de Negócios Digital TV (M€)



EBITDA Digital TV (M€)



2.4. Venture Capital

Resultados da VC devem-se fundamentalmente à performance da participada Collab.

O Volume de Negócios global desta área atingiu 0,7 M€, o que representa um decréscimo de 54,3% face ao valor de 6M10.

O EBITDA da Venture Capital nos 6M11 diminuiu 330,7% em termos homólogos (de -0,1 M€ para -0,6 M€), fixando-se a margem EBITDA nos -83,4%.

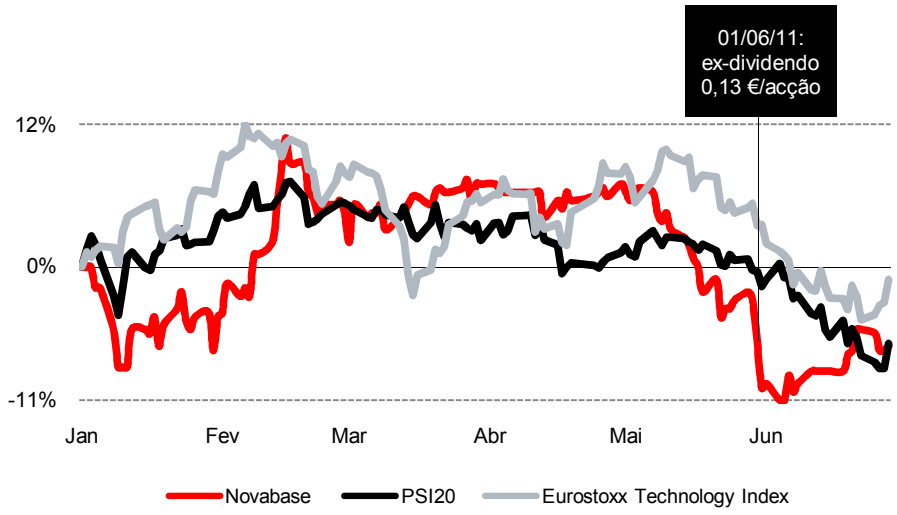
3. Comportamento Bolsista

Descontando o pagamento de dividendos, a desvalorização do título Novabase seria de 0,7%.

A cotação da acção Novabase nos 6M11 desvalorizou-se 5,2%, o que compara com uma depreciação de 3,5% ocorrida no índice PSI20 e com uma depreciação do índice EuroStoxx Technology de 0,1%.

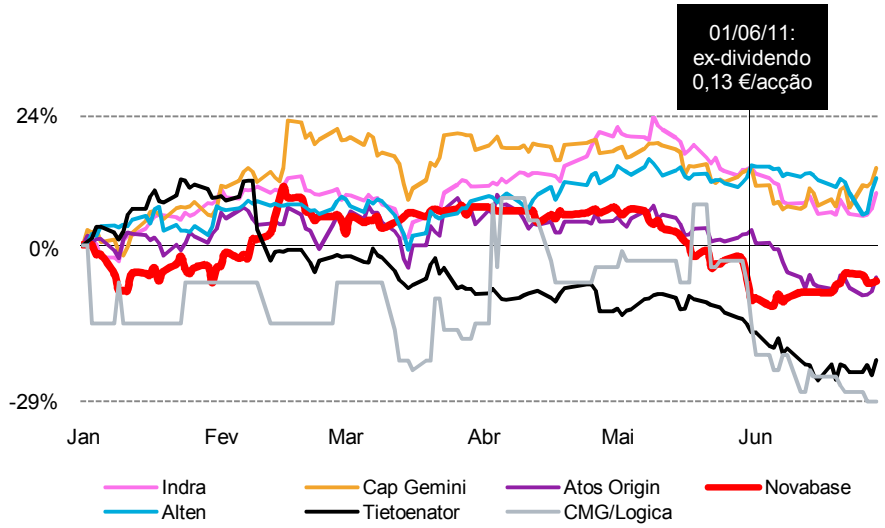
Neste período foi distribuído um dividendo de 0,13€/acção.

Novabase e o Mercado



Ao comparar a cotação da Novabase com um conjunto de outras empresas similares do sector de TI na Europa, observamos que a performance da acção Novabase nos 6M11 esteve em linha com a média das performances das outras acções.

Novabase e outras TMT



Upside médio de 66,1%, indicado pelos analistas que cobrem a Novabase.

O price target médio referenciado pelos analistas que cobrem a Novabase é de 4,57 euros, com recomendação unânime de compra.

Nos 6M11, a rotação representou 10,7% do capital da Novabase, tendo sido transaccionadas 3,4 milhões de acções, valores inferiores aos ocorridos nos 6M10 (rotação de 13,1% do capital, tendo sido transaccionados 4,1 milhões de acções).

Resumo	2Q11	1Q11	4Q10	3Q10	2Q10
Cotação mínima (€)	2,58	2,66	2,79	3,17	3,34
Cotação máxima (€)	3,10	3,21	3,37	3,46	4,45
Cotação média ponderada (€)	2,80	2,96	3,05	3,30	3,91
Cotação no último dia (€)	2,75	3,10	2,90	3,20	3,44
Nº títulos transaccionados	1.491.268	1.883.117	1.948.307	1.000.218	2.194.905
Capitalização bolsista no último dia (M€)	86,4	97,3	91,1	100,5	108,0

4. Perspectivas 2011

Os resultados deste semestre reflectem as apostas estratégicas da Novabase na internacionalização e no desenvolvimento de novos sectores. O crescimento internacional foi expressivo, mas verificou-se uma acentuada degradação da rentabilidade operacional pelo actual contexto recessivo no mercado doméstico.

A Novabase informou o mercado sobre a revisão do Guidance para o ano 2011, passando a ser:

- Volume de Negócios de 230 M€
- EBITDA entre 14 e 17 M€

Esta decisão baseou-se no significativo agravamento do contexto económico em Portugal, com o consequente impacto nos resultados dos 6M11, e nas incertezas sobre a evolução conjuntural.

A Novabase mantém como prioridades para 2011 o crescimento internacional e a preservação da posição no mercado nacional.

NOVABASE

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 30 de Junho de 2011

	30.06.11	31.12.10
	(Milhares de Euros)	
Activo		
Activos fixos tangíveis	10.023	9.836
Activos intangíveis	31.392	31.229
Investimentos financeiros	1.893	1.697
Activos por impostos diferidos	10.553	10.396
Outros activos não correntes	72	69
Total de Activos Não Correntes	53.933	53.227
Inventários	8.353	10.403
Clientes e acréscimos de proveitos	103.628	92.432
Devedores e despesas antecipadas	13.537	12.100
Instrumentos financeiros derivados	345	197
Caixa e equivalentes a caixa	21.919	28.088
Total de Activos Correntes	147.782	143.220
Activos operações em continuação	201.715	196.447
Activos operações descontinuadas	65	49
Total do Activo	**201.780**	**196.496**
Capital Próprio		
Capital social	15.701	15.701
Acções próprias	(490)	(603)
Prémios de emissão	43.560	43.560
Reservas e resultados acumulados	30.949	21.063
Resultado líquido	3.480	13.053
Total do Capital Próprio	93.200	92.774
Interesses que não controlam	6.108	5.724
Capitais Próprios totais	99.308	98.498
Passivo		
Instituições de crédito	6.004	6.200
Credores de locação financeira	1.896	1.679
Provisões para riscos e encargos	1.276	1.633
Passivos por impostos diferidos	100	909
Outros passivos não correntes	308	927
Total de Passivos Não Correntes	9.584	11.348
Instituições de crédito	5.067	4.272
Fornecedores	29.427	20.183
Credores e acréscimos de custos	36.888	38.290
Instrumentos financeiros derivados	199	353
Proveitos diferidos	20.584	22.807
Total de Passivos Correntes	92.165	85.905
Total de Passivos oper. em continuação	101.749	97.253
Total de Passivos oper. descontinuadas	723	745
Total do Passivo	102.472	97.998
Total dos Capitais Próprios e Passivo	**201.780**	**196.496**
Net Cash	13.544	21.115

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

	30.06.11	30.06.10	Var. %
	(Milhares de Euros)		
Vendas	52.551	59.307	
Custo das vendas	(47.690)	(51.820)	
Margem bruta	**4.861**	**7.487**	**-35,1 %**
Outros proveitos operacionais			
Prestação de serviços	66.577	63.489	
Proveitos suplementares e subsídios	101	365	
Outros proveitos de exploração	140	74	
	66.818	**63.928**	
	71.679	**71.415**	
Outros custos operacionais			
Fornecimentos e serviços externos	(24.898)	(22.927)	
Gastos com o pessoal	(38.686)	(36.916)	
(Provisões) / anulação de provisões	614	461	
Outros custos de exploração	(511)	(385)	
	(63.481)	**(59.767)**	
Resultados Brutos (EBITDA)	**8.198**	**11.648**	**-29,6 %**
Amortizações e depreciações	(2.910)	(2.627)	
Resultados Operacionais (EBIT)	**5.288**	**9.021**	**-41,4 %**
Ganhos / (Perdas) financeiras	(341)	463	
Resultados Antes de Impostos (RAI)	**4.947**	**9.484**	**-47,8 %**
Imposto sobre o rendimento	(1.087)	(1.888)	
Interesses que não controlam	(380)	(445)	
Resultado Líquido Accionistas (RLA)	**3.480**	**7.151**	**-51,3 %**

Outras informações :

Volume de negócios (VN)	119.128	122.796	**-3,0 %**
EBITDA % sobre VN	6,9 %	9,5 %	
RAI % sobre VN	4,2 %	7,7 %	
RLA % sobre VN	2,9 %	5,8 %	

NOVABASE

Demonstração dos Resultados por SEGMENTOS
para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

(Milhares de Euros)

	Business Solutions	IMS	Digital TV	Venture Capital	NOVABASE
Vendas	565	32.580	19.406	-	**52.551**
Custo das vendas	(335)	(28.976)	(18.379)	-	**(47.690)**
Margem Bruta	**230**	**3.604**	**1.027**	**-**	**4.861**
Outros proveitos operacionais					
Prestação de serviços	44.081	13.660	8.113	723	**66.577**
Proveitos suplementares e subsídios	93	-	-	8	**101**
Outros proveitos de exploração	79	41	20	-	**140**
	44.253	**13.701**	**8.133**	**731**	**66.818**
	44.483	**17.305**	**9.160**	**731**	**71.679**
Outros custos operacionais					
Fornecimentos e serviços externos	(12.063)	(8.353)	(4.219)	(263)	**(24.898)**
Gastos com o pessoal	(26.852)	(6.905)	(3.868)	(1.061)	**(38.686)**
(Provisões) / anulação de provisões	(53)	520	147	-	**614**
Outros custos de exploração	(160)	(222)	(119)	(10)	**(511)**
	(39.128)	**(14.960)**	**(8.059)**	**(1.334)**	**(63.481)**
Resultados Brutos (EBITDA)	**5.355**	**2.345**	**1.101**	**(603)**	**8.198**
Amortizações e depreciações	(1.791)	(677)	(348)	(94)	**(2.910)**
Resultados Operacionais (EBIT)	**3.564**	**1.668**	**753**	**(697)**	**5.288**
Resultados financeiros	44	(271)	(75)	(39)	**(341)**
Resultados Antes de Impostos (RAI)	**3.608**	**1.397**	**678**	**(736)**	**4.947**
Imposto sobre o rendimento	(450)	(1.577)	873	67	**(1.087)**
Interesses que não controlam	(549)	(11)	-	180	**(380)**
Resultado Líquido Accionistas	**2.609**	**(191)**	**1.551**	**(489)**	**3.480**

Outras informações :

Volume de negócios (VN)	44.646	46.240	27.519	723	**119.128**
EBITDA	5.355	2.345	1.101	(603)	**8.198**
EBITDA % sobre VN	12,0%	5,1%	4,0%	-83,4%	**6,9%**
RAI % sobre VN	8,1%	3,0%	2,5%	-101,8%	**4,2%**

Anexo I - Relatório de Gestão
30 Junho 2011

Estrutura Accionista e Participações Qualificadas

Participações dos Membros de Orgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do n.º 5 do Art.º 447 CSC) [1]

Accionistas	# Acções	% Capital e direito de voto
José Afonso Oom Ferreira de Sousa	2.514.947	8,01%
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho	2.170.679	6,91%
Luís Paulo Cardoso Salvado	1.918.040	6,11%
Rogério dos Santos Carapuça	1.884.787	6,00%
João Nuno da Silva Bento	1.799.793	5,73%
Álvaro José da Silva Ferreira	953.100	3,04%
Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas	103.324	0,33%
Manuel Alves Monteiro	9.000	0,03%
Luís Mira Amaral	6.305	0,02%
João Luís Correia Duque	500	0,00%
Total	**11.360.475**	**36,18%**

Participações de Accionistas e Participações Qualificadas (nos termos do n.º 4 do Art.º 448 CSC e Art.º 16 do CVM) [1]

Accionistas	# Acções parcial	# Acções	% Capital e direito de voto
Partbleu, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA		3.180.444	10,13%
ES TECH VENTURES, SGPS, SA	1.792.144		
Espírito Santo Fundo de Pensões, SA	1.157.395		
Elementos dos Orgãos Sociais	100		
Grupo Banco Espírito Santo, SA (nos termos do n.º 1 do Art.º 20 do CVM)		2.949.639	9,39%
José Afonso Oom Ferreira de Sousa		2.514.947	8,01%
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho		2.170.679	6,91%
Luís Paulo Cardoso Salvado		1.918.040	6,11%
Rogério dos Santos Carapuça		1.884.787	6,00%
João Nuno da Silva Bento		1.799.793	5,73%
Fernando Fonseca Santos		1.575.020	5,02%
Fundo Santander Acções Portugal	1.234.775		
Fundo Santander PPA	191.663		
Fundo Santander Acções Europa	79.128		
Fundo Santander Selecção Acções	65.000		
Santander Asset Management - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (nos termos do n.º 1 do Art.º 20 do CVM)		1.570.566	5,00%
Álvaro José da Silva Ferreira		953.100	3,04%
Caixagest Acções Portugal	209.382		
Caixagest PPA	467.332		
Caixagest — Técnicas de Gestão de Fundos, SA (nos termos do n.º 1 do Art.º 20 do CVM)		676.714	2,16%
Total		**21.193.729**	**67,49%**

[1] A participação de cada um destes Accionistas corresponde à última posição comunicada à Sociedade com referência a data anterior a 30 de Junho de 2011.

Anexo II - Relatório de Gestão

30 Junho 2011

Transacções de Dirigentes

Listagem das Transacções de Dirigentes (nos termos dos n.os 6 e 7 do artigo 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Dirigente	Transacção	Data	Hora	Local	# Acções	€ Preço unit.
Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas	Aquisição	30-03-2011	-	Fora de Mercado Regulamentado	15.405	2,94
Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas	Aquisição	13-04-2011	-	Fora de Mercado Regulamentado	2.389	2,96
Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas	Aquisição	18-05-2011	-	Fora de Mercado Regulamentado	4.513	2,90
Total					**22.307**	

Os referidos dirigentes, após tais transacções, passaram a deter a seguinte participação no capital social da Sociedade:

Dirigente	# Acções	% Capital e direito de voto
Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas	103.324	0,33%

Anexo III - Relatório de Gestão

30 Junho 2011

Transacções de Acções Próprias

Informação sobre transacções de acções próprias (nos termos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do CSC)

Transacção	Data	Local	# Acções	€ Preço unitário
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	26.018	2,94
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	24.539	2,94
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	24.170	2,94
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	15.405	2,94
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	4.312	3,83
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	4.312	3,83
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	2.173	3,83
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	5.493	3,83
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	1.831	3,83
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	24.826	3,71
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	12.413	3,71
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	12.413	3,71
Cedência	28-03-2011	Fora de Mercado Regulamentado	12.413	3,71
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	4.035	2,96
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	3.806	2,96
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	3.749	2,96
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	2.389	2,96
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	669	3,83
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	669	3,83
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	337	3,83
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	852	3,83
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	284	3,83
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	3.850	3,74
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	1.925	3,74
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	1.925	3,74
Cedência	13-04-2011	Fora de Mercado Regulamentado	1.925	3,74
Cedência	18-05-2011	Fora de Mercado Regulamentado	6.447	2,90
Cedência	18-05-2011	Fora de Mercado Regulamentado	4.513	2,90
Cedência	18-05-2011	Fora de Mercado Regulamentado	5.364	2,90
Cedência	18-05-2011	Fora de Mercado Regulamentado	6.447	2,90
Cedência	18-05-2011	Fora de Mercado Regulamentado	5.926	2,90
Cedência	18-05-2011	Fora de Mercado Regulamentado	686	2,90
		Total	**226.116**	

A 31 de Dezembro de 2010, a Novabase S.G.P.S. detinha em carteira 1.206.643 acções próprias, representativas de cerca de 3,84% do seu capital social.

Durante o 1.º semestre de 2011, a empresa cedeu 226.116 acções próprias a um preço líquido médio de 3,26 euros.

As cedências de acções próprias foram utilizadas na liquidação de aquisições a interesses que não controlam verificadas em 2008 e em 2010, e como prémios a colaboradores.

A 30 de Junho de 2011, a Novabase S.G.P.S. detinha em carteira 980.527 acções próprias, representativas de cerca de 3,12% do seu capital social.

(Página intencionalmente deixada em branco)

CONTAS CONDENSADAS
1º semestre de 2011

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

(Página intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

PARTE I - CONTAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS 1º semestre de 2011 5

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 7

- Demonstração Condensada da Posição Financeira Consolidada em 30 de Junho de 2011 8
- Demonstração Condensada do Rendimento Integral Consolidado para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 9
- Demonstração Condensada de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados do período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 10
- Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa Consolidados para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 11
- Notas seleccionadas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 12

Nota 1. Informação geral 12
Nota 2. Principais políticas contabilísticas 12
Nota 3. Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes 14
Nota 4. Sazonalidade 14
Nota 5. Actividade por segmentos 14
Nota 6. Concentração de actividades empresariais 15
Nota 7. Activos fixos tangíveis e activos intangíveis 16
Nota 8. Activos e passivos por impostos diferidos 16
Nota 9. Clientes e outras contas a receber 17
Nota 10. Caixa e equivalentes a caixa 17
Nota 11. Reservas e resultados acumulados 17
Nota 12. Interesses que não controlam 18
Nota 13. Empréstimos 18
Nota 14. Provisões 19
Nota 15. Fornecedores e outras contas a pagar 19
Nota 16. Outros ganhos e perdas líquidos 19
Nota 17. Imposto sobre o rendimento 20
Nota 18. Resultados por acção 20
Nota 19. Partes relacionadas 20
Nota 20. Contingências 21
Nota 21. Eventos subsequentes ao fim do período 21

II. DOCUMENTOS DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM 23

- Parecer da Comissão de Auditoria Sobre a Informação Financeira Consolidada 25
- Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre informação semestral consolidada 27

III. Valores Mobiliários detidos por Órgãos Sociais 29

- Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e por Sociedades com as quais a Novabase S.G.P.S. tem relação de domínio ou de grupo, detidos por titulares de órgãos sociais da Novabase S.G.P.S. e das Outras sociedades 31

PARTE II - CONTAS INDIVIDUAIS 1º semestre de 2011 **33**

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS CONDENSADAS para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 **35**

- Demonstração Condensada da Posição Financeira Individual em 30 de Junho de 2011 36
- Demonstração Condensada do Rendimento Integral Individual para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 37
- Demonstração Condensada de Alterações aos Capitais Próprios Individuais do período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 38
- Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa Individuais para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 39
- Notas seleccionadas às Demonstrações Financeiras Individuais Condensadas para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 40

Nota 1.	Informação geral	40
Nota 2.	Principais políticas contabilísticas	40
Nota 3.	Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes	42
Nota 4.	Investimentos financeiros	42
Nota 5.	Activos e passivos por impostos diferidos	42
Nota 6.	Clientes e outras contas a receber	43
Nota 7.	Reservas e resultados acumulados	43
Nota 8.	Empréstimos	43
Nota 9.	Fornecedores e outras contas a pagar	44
Nota 10.	Outros ganhos e perdas líquidos	44
Nota 11.	Imposto sobre o rendimento	45
Nota 12.	Partes relacionadas	45
Nota 13.	Contingências	47
Nota 14.	Eventos subsequentes ao fim do período	47

II. DOCUMENTOS DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM **49**

- Parecer da Comissão de Auditoria Sobre a Informação Financeira Individual 51
- Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre informação semestral individual 53

CONTAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS
1º semestre de 2011

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

(Página intencionalmente deixada em branco)

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Condensada da Posição Financeira Consolidada em 30 de Junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	30.06.11	31.12.10
Activo			
Activos Não Correntes			
Activos fixos tangíveis	7	10.023	9.836
Activos intangíveis	7	31.392	31.229
Investimentos em empresas associadas		1.642	1.676
Activos financeiros disponíveis para venda		251	21
Activos por impostos diferidos	8	10.553	10.396
Outros activos não correntes		72	69
Total de Activos Não Correntes		**53.933**	**53.227**
Activos Correntes			
Inventários		8.353	10.403
Clientes e outras contas a receber	9	85.710	83.285
Acréscimos de proveitos		23.126	14.035
Imposto sobre o rendimento a receber		2.233	3.378
Instrumentos financeiros derivados		345	197
Outros activos correntes		6.096	3.834
Caixa e equivalentes a caixa	10	21.919	28.088
Total de Activos Correntes		**147.782**	**143.220**
Activos operações descontinuadas		65	49
Total do Activo		**201.780**	**196.496**
Capitais Próprios			
Capital social		15.701	15.701
Acções próprias		(490)	(603)
Prémios de emissão		43.560	43.560
Reservas e resultados acumulados	11	30.949	21.063
Resultado líquido		3.480	13.053
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas		93.200	92.774
Interesses que não controlam	12	6.108	5.724
Total dos Capitais Próprios		**99.308**	**98.498**
Passivo			
Passivos Não Correntes			
Empréstimos	13	7.900	7.879
Provisões	14	1.276	1.633
Passivos por impostos diferidos	8	100	909
Outros passivos não correntes		308	927
Total de Passivos Não Correntes		**9.584**	**11.348**
Passivos Correntes			
Empréstimos	13	6.240	5.333
Fornecedores e outras contas a pagar	15	65.123	57.101
Imposto sobre o rendimento a pagar		19	311
Instrumentos financeiros derivados		199	353
Proveitos diferidos e outros passivos correntes		20.584	22.807
Total de Passivos Correntes		**92.165**	**85.905**
Passivos operações descontinuadas		723	745
Total do Passivo		**102.472**	**97.998**
Total dos Capitais Próprios e Passivo		**201.780**	**196.496**

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas seleccionadas às demonstrações financeiras consolidadas condensadas

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Condensada do Rendimento Integral Consolidado
para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

		6 M *		3 M * (Não Auditado)	
	Nota	**30.06.11**	**30.06.10**	**30.06.11**	**30.06.10**
Vendas	5	52.551	59.307	26.740	32.660
Prestação de serviços	5	66.577	63.489	33.087	32.133
Custo das vendas		(47.690)	(51.820)	(24.464)	(28.990)
Fornecimentos e serviços externos		(24.898)	(22.927)	(13.496)	(12.057)
Gastos com o pessoal		(38.686)	(36.916)	(19.044)	(18.486)
Outros ganhos e perdas líquidos	16	344	515	524	221
Amortizações e depreciações		(2.910)	(2.627)	(1.501)	(1.432)
Resultados Operacionais		**5.288**	**9.021**	**1.846**	**4.049**
Proveitos financeiros		2.187	4.451	1.135	2.535
Custos financeiros		(2.494)	(3.978)	(1.511)	(2.470)
Perdas em associadas		(34)	(10)	12	8
Resultados Antes de Impostos		**4.947**	**9.484**	**1.482**	**4.122**
Imposto sobre o rendimento	17	(1.087)	(1.888)	(324)	(733)
Resultado Líquido		**3.860**	**7.596**	**1.158**	**3.389**
Outro rendimento integral no período		-	-	-	-
Rendimento integral total no período		**3.860**	**7.596**	**1.158**	**3.389**
Resultado líquido atribuível a:					
Accionistas		3.480	7.151	1.238	3.129
Interesses que não controlam	12	380	445	(80)	260
		3.860	7.596	1.158	3.389
Rendimento integral atribuível a:					
Accionistas		3.480	7.151	1.238	3.129
Interesses que não controlam	12	380	445	(80)	260
		3.860	7.596	1.158	3.389
Resultado por acção atribuível aos accionistas (Euros por acção)					
Resultado por acção básico	18	**0,11 Euros**	**0,24 Euros**	**0,04 Euros**	**0,10 Euros**
Resultado por acção diluído	18	**0,11 Euros**	**0,24 Euros**	**0,04 Euros**	**0,10 Euros**

6 M * - período de 6 meses findo em
3 M * - período de 3 meses findo em

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Condensada de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados do período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

		Atribuível aos accionistas							
	Nota	Capital social	Acções próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Res. rel. a opções s/ acções	Res. livres e resultados acumulados	Interesses que não controlam	Total dos Capitais Próprios
Saldos em 1 de Janeiro de 2010		**15.701**	**(723)**	**49.213**	**1.558**	**379**	**27.370**	**5.644**	**99.142**
Rendimento integral total no período		-	-	-	-	-	7.151	445	7.596
Transacções com accionistas									
Redução de capital		(5.652)	-	-	-	-	217	-	(5.435)
Aumento de capital		5.652	-	(5.652)	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	11	-	-	-	-	-	(9.662)	-	(9.662)
Constituição de Reserva legal		-	-	-	807	-	(807)	-	-
Compra e venda de acções próprias		-	120	-	-	-	816	-	936
Pagamentos baseados em acções		-	-	-	-	284	-	-	284
Variação do perímetro de consolidação		-	-	-	-	-	-	176	176
Diferença cambial operações estrangeiras		-	-	-	-	-	32	34	66
Transacções com accionistas		-	120	(5.652)	807	284	(9.404)	210	(13.635)
Alterações na participação de subsidiárias que não resultam em perda de controlo									
Transacções com interesses que não controlam	12	-	-	-	-	-	(549)	(742)	(1.291)
Saldos em 30 de Junho de 2010		**15.701**	**(603)**	**43.560**	**2.365**	**663**	**24.568**	**5.557**	**91.811**
Saldos em 1 de Janeiro de 2011		**15.701**	**(603)**	**43.560**	**2.365**	**1.076**	**30.675**	**5.724**	**98.498**
Rendimento integral total no período		-	-	-	-	-	3.480	380	3.860
Transacções com accionistas									
Pagamento de dividendos	11	-	-	-	-	-	(3.955)	-	(3.955)
Constituição de Reserva legal		-	-	-	140	-	(140)	-	-
Compra e venda de acções próprias		-	113	-	-	-	625	-	738
Pagamentos baseados em acções		-	-	-	-	166	-	-	166
Diferença cambial operações estrangeiras		-	-	-	-	-	4	4	8
Transacções com accionistas		-	113	-	140	166	(3.466)	4	(3.043)
Alterações na participação de subsidiárias que não resultam em perda de controlo									
Transacções com interesses que não controlam		-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Saldos em 30 de Junho de 2011		**15.701**	**(490)**	**43.560**	**2.505**	**1.242**	**30.682**	**6.108**	**99.308**

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas seleccionadas às demonstrações financeiras consolidadas condensadas

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa Consolidados

para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

		6 M *		3 M * (Não Auditado)	
	Nota	**30.06.11**	**30.06.10**	**30.06.11**	**30.06.10**
Actividades Operacionais					
Fluxo das Actividades Operacionais		**396**	**1.459**	**(1.625)**	**(3.349)**
Actividades de Investimento					
Recebimentos:					
Venda de filiais e associadas		3	-	3	-
Cash Novabase Angola consolidada pela 1ª vez		-	349	-	349
Empréstimos concedidos a associadas		414	-	414	-
Juros e proveitos similares		393	121	180	28
		810	470	597	377
Pagamentos:					
Aquisição de filiais e associadas		(338)	(430)	(264)	(430)
Empréstimos concedidos a associadas		(94)	(185)	-	(120)
Compra de activos fixos tangíveis		(940)	(1.447)	(385)	(781)
Compra de activos intangíveis		(1.290)	(1.599)	(1.207)	(826)
		(2.662)	(3.661)	(1.856)	(2.157)
Fluxo das Actividades de Investimento		**(1.852)**	**(3.191)**	**(1.259)**	**(1.780)**
Actividades de Financiamento					
Recebimentos:					
Empréstimos obtidos		2.393	-	2.081	-
		2.393	-	2.081	-
Pagamentos:					
Empréstimos obtidos		(1.320)	(771)	(815)	(47)
Dividendos	11	(3.955)	(9.662)	(3.955)	(9.662)
Rendas de locação financeira		(886)	(864)	(483)	(455)
Juros e custos similares		(430)	(227)	(181)	(69)
		(6.591)	(11.524)	(5.434)	(10.233)
Fluxo das Actividades de Financiamento		**(4.198)**	**(11.524)**	**(3.353)**	**(10.233)**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**27.057**	**24.026**	**27.618**	**26.132**
Variação de caixa e seus equivalentes		**(5.654)**	**(13.256)**	**(6.237)**	**(15.362)**
Efeito em caixa e seus equivalentes das diferenças de câmbio		**(29)**	**67**	**(7)**	**67**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	**21.374**	**10.837**	**21.374**	**10.837**

6 M * - período de 6 meses findo em
3 M * - período de 3 meses findo em

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas seleccionadas às demonstrações financeiras consolidadas condensadas

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Notas seleccionadas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

1. Informação geral

A Novabase, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante designada por Novabase ou Grupo), com sede na Av. D. João II, Lote 1.03.2.3, Parque das Nações - 1998-031 Lisboa – Portugal, tem como objecto a gestão de participações sociais em outras empresas como forma indirecta de exercício de actividade económica, sendo a "Holding" do Grupo Novabase.

No 1º semestre de 2011, foi definida uma nova estrutura de ofertas, ainda mais diferenciada e próxima das necessidades dos clientes, agregada em quatro áreas de negócio:

(i) **Business Solutions** - passa a incluir o negócio da Novabase Consulting e das áreas de Ticketing e de Managed Services (vertente aplicacional do outsourcing) anteriormente consideradas na Novabase IMS.

(ii) **Infrastructures & Managed Services (IMS)**

(iii) **Digital TV**

(iv) **Venture Capital**

A Novabase está cotada na Euronext Lisbon.

Estas demonstrações financeiras consolidadas condensadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de Julho de 2011. É opinião do Conselho de Administração que elas reflectem de forma apropriada as operações do Grupo Novabase, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Principais políticas contabilísticas

Estas demonstrações financeiras condensadas para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 foram preparadas em conformidade com a IAS 34 'Relato Financeiro Intercalar'. As demonstrações financeiras condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, que foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de euros (m €).

Excepto quanto à situação referida a seguir, as políticas contabilísticas aplicadas são consistentes com as adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, tal como descritas nessas demonstrações financeiras anuais.

A estimativa para imposto sobre o rendimento incluída nestas contas foi determinada com base na taxa de imposto anual prevista para o exercício de 2011.

Normas e Interpretações que se tornaram efectivas no período iniciado em 1 de Janeiro de 2011:

• **IAS 32 (alteração)**, 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

• **IFRS 1 (alteração)**, 'Adopção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de Dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo por já aplicar as IFRS.

• **IAS 24 (alteração)**, 'Partes relacionadas'. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

• **Melhoria anual das normas em 2010**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adoptadas pelo Grupo, quando aplicáveis, não tendo qualquer impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

• **IFRIC 14 (alteração)**, 'IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo activo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

• **IFRIC 19**, 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida.

Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior:

• **IFRS 1 (alteração)**, 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adoptam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados activos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

• **IFRS 7 (alteração)**, 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

• **IAS 12 (alteração)**, 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com activos dependendo se a Entidade estima recuperar o valo líquido do activo através do uso ou da venda, excepto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

• **IAS 1 (alteração)**, 'Apresentação de demonstrações financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

• **IFRS 9 (novo)**, 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos de dívida, são valorizados ao justo valor por via de resultados. O Grupo aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IFRS 10 (novo)**, 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. O Grupo aplicará a IFRS 10 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IFRS 11 (novo)**, 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida. O Grupo aplicará a IFRS 11 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IFRS 12 (novo)**, 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efectuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28. O Grupo aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IFRS 13 (novo)**, 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao efectuar uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRSs. O Grupo aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IAS 27 (revisão 2011)**, 'Demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. O Grupo aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IAS 28 (revisão 2011)**, 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. O Grupo aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IAS 19 (alteração)**, 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. O Grupo aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

3. Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes

A preparação das demonstrações financeiras condensadas requer que a Administração efectue estimativas e adopte pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores reportados de activos e passivos, rendimentos e gastos, consequentemente os resultados futuros podem vir a ser diferentes dos estimados.

As estimativas e julgamentos mais relevantes utilizados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas são consistentes com os adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

4. Sazonalidade

A actividade da Business Solutions e da IMS é habitualmente mais reduzida no 3º trimestre do ano, devido ao período de férias dos colaboradores.

5. Actividade por segmentos

No 1º semestre de 2011, foi definida uma nova estrutura de ofertas agregada em quatro áreas de negócio: (i) Business Solutions (BS); ii) Infrastructures & Managed Services (IMS); iii) Digital TV e iv) Venture Capital. O segmento BS passa a incluir o negócio da Novabase Consulting e das áreas de Ticketing e de Managed Services anteriormente consideradas no segmento IMS.

O quadro abaixo mostra os valores das áreas de Ticketing e de Managed Services incluídos no segmento IMS no período findo em 30 de Junho de 2010, e que em 2011 transitaram para o segmento de Business Solutions.

Em 30 de Junho de 2010	Consulting (*)	Ticketing & Managed Serv.	Business Solutions	IMS (*)	Ticketing & Managed Serv.	IMS
Vendas e prestação de serviços	41.392	4.181	45.573	51.752	(4.181)	47.571
Resultados Operacionais	4.660	89	4.749	3.807	(89)	3.718
Custo líquido de financiamento	30	(26)	4	195	26	221
Perdas em associadas	(10)	-	(10)	-	-	-
Imposto sobre o rendimento	(1.292)	224	(1.068)	(917)	(224)	(1.141)
Resultado das operações	3.388	287	3.675	3.085	(287)	2.798

(*) Valores divulgados no Relatório e Contas do 1º semestre de 2010.

Os resultados por segmentos apresentados de seguida consideram a nova organização de relato interna, com os comparáveis do período homólogo reapresentados.

	Business Solutions	IMS	Digital TV	Venture Capital	Novabase
Em 30 de Junho de 2010					
Vendas e prestação de serviços	45.573	47.571	28.070	1.582	122.796
Resultados Operacionais	4.749	3.718	727	(173)	9.021
Custo líquido de financiamento	4	221	262	(14)	473
Perdas em associadas	(10)	-	-	-	(10)
Imposto sobre o rendimento	(1.068)	(1.141)	231	90	(1.888)
Resultado das operações	3.675	2.798	1.220	(97)	7.596
Em 30 de Junho de 2011					
Vendas e prestação de serviços	44.646	46.240	27.519	723	119.128
Resultados Operacionais	3.564	1.668	753	(697)	5.288
Custo líquido de financiamento	57	(271)	(75)	(18)	(307)
Perdas em associadas	(13)	-	-	(21)	(34)
Imposto sobre o rendimento	(450)	(1.577)	873	67	(1.087)
Resultado das operações	3.158	(180)	1.551	(669)	3.860

6. Concentração de actividades empresariais

Em Abril de 2011, o Grupo adquiriu 100% do capital da Evolvespace Solutions, Lda, uma empresa constituída em 2004 que se dedica à prestação de serviços aeroespaciais, e cuja maioria da actividade é desenvolvida em países como a Alemanha, Reino Unido, França e Itália, com o objectivo de reforçar a sua aposta no sector Aerospace & Transportation e de aumentar a sua presença internacional. Esta empresa foi incluída na consolidação pelo método integral, e a afectar o segmento de Business Solutions.

O montante total do investimento de 251m€ corresponde ao investimento inicial de 100m€, pago em dinheiro, e a uma retribuição contingente de 151m€ a pagar em 2012 e 2013, em função do atingimento de objectivos por parte da subsidiária em termos de desempenho operacional.

O Goodwill resultante desta aquisição, de 92m€, é fundamentalmente atribuível ao acesso ao know-how dos colaboradores da Evolvespace naquele mercado.

O total de custos incorridos com a aquisição da Evolvespace Solutions ascenderam a 2m€. Estão relacionados com o processo de Due Diligence, tendo sido reconhecidos em resultados na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos'.

Os proveitos e resultados da Evolvespace Solutions desde a data de aquisição até 30 de Junho de 2011, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e no lucro consolidado ascendem a 110m€ e 26m€, respectivamente. Caso a Evolvespace Solutions tivesse sido consolidada desde o dia 1 de Janeiro de 2011, o Grupo estima que o total de proveitos consolidados viria acrescido em 127m€ e o resultado consolidado viria inferior em 60m€.

O montante total do investimento com a aquisição da Evolvespace Solutions, e os activos adquiridos e passivos assumidos, reconhecidos na data de aquisição, detalham-se como segue:

	Abr-11
Retribuição	
Dinheiro	100
Retribuição contingente	151
Retribuição total	**251**
	Justo valor
Activos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Activos fixos tangíveis	7
Clientes e outras contas a receber	349
Fornecedores e outras contas a pagar	(183)
Provisões	(20)
Empréstimos	(13)
Activos por impostos diferidos	19
Total dos activos líquidos identificáveis	**159**
Goodwill	92
	251

7. Activos fixos tangíveis e activos intangíveis

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 30 de Junho de 2010, o movimento ocorrido no valor líquido dos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, foi o seguinte:

	Activos fixos tangíveis	Activos intangíveis
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2010	8.721	28.778
Aquisições / dotações	2.469	1.843
Abates / alienações	(125)	-
Transferências	-	(172)
Amortizações e depreciações	(1.657)	(970)
Valor líquido em 30 de Junho de 2010	**9.408**	**29.479**
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	9.836	31.229
Aquisições / dotações	1.957	1.382
Abates / alienações	(71)	-
Variação de perímetro	7	-
Diferenças cambiais	(15)	-
Amortizações e depreciações	(1.691)	(1.219)
Valor líquido em 30 de Junho de 2011	**10.023**	**31.392**

8. Activos e passivos por impostos diferidos

O movimento bruto nos activos por impostos diferidos foi o seguinte:

	30.06.11	31.12.10
Saldo em 1 de Janeiro	10.396	8.341
Variação de perímetro	19	-
Transferências	-	(12)
Diferenças cambiais	(20)	9
Efeito registado em resultados	158	2.058
Saldo no fim do período	10.553	10.396

O movimento bruto nos passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

	30.06.11	31.12.10
Saldo em 1 de Janeiro	909	100
Efeito registado em resultados	(809)	809
Saldo no fim do período	100	909

Para o Grupo, o movimento nos activos por impostos diferidos antes de compensação dos saldos dentro da mesma jurisdição fiscal no período é o seguinte:

	Prejuízos Fiscais	Benefícios Fiscais	Provisões / Ajustamentos	Total
Em 1 de Janeiro de 2010	3.314	3.414	1.613	8.341
Dotações Resultado Líquido	(939)	2.936	61	2.058
Transferências	(12)	-	-	(12)
Diferenças cambiais	9	-	-	9
Em 31 de Dezembro de 2010	2.372	6.350	1.674	10.396
Dotações Resultado Líquido	(50)	374	(166)	158
Variação de perímetro	19	-	-	19
Diferenças cambiais	(20)	-	-	(20)
Em 30 de Junho de 2011	2.321	6.724	1.508	10.553

9. Clientes e outras contas a receber

	30.06.11	31.12.10
Clientes	82.535	80.409
Ajustamento por imparidade de clientes	(2.033)	(2.012)
	80.502	78.397
Adiantamentos a fornecedores	912	537
Pessoal	144	73
Imposto sobre o valor acrescentado	271	693
Devedores de partes relacionadas (nota 19)	459	753
Alienação de participações financeiras	149	150
Saldos a receber relativos a projectos financiados	2.714	2.113
Outros saldos a receber	4.188	4.011
Ajustamento por imparidade de outros devedores	(3.629)	(3.442)
	5.208	4.888
	85.710	83.285

Os movimentos de ajustamentos para cobranças duvidosas são analisados como segue:

	Clientes		O. Devedores		Total	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Saldo em 1 de Janeiro	2.012	3.452	3.442	3.755	5.454	7.207
Variação de perímetro	62	-	-	-	62	-
Imparidade	21	203	187	29	208	232
Reversão de imparidade	(62)	(1.033)	-	(216)	(62)	(1.249)
Transferências	-	79	-	32	-	111
Recuperação de dívidas	-	16	-	-	-	16
Abates	-	(705)	-	(158)	-	(863)
	2.033	2.012	3.629	3.442	5.662	5.454

10. Caixa e equivalentes a caixa

Com referência à demonstração dos fluxos de caixa, para efeitos de determinação e discriminação dos **Componentes de Caixa e seus equivalentes**, esta rubrica é analisada como segue:

	30.06.11	31.12.10
- Numerário	30	7
- Depósitos bancários a curto prazo	21.889	28.081
Caixa e equivalentes a caixa	21.919	28.088
- 'Overdrafts'	(545)	(1.031)
	21.374	27.057

11. Reservas e resultados acumulados

Na Assembleia Geral de 5 de Maio de 2011 foi decidido pagar aos accionistas o montante de 4.082m€, correspondendo a 0,13€ por acção. O pagamento ocorreu em Junho.

	30.06.11	30.06.10
Pagamento a accionistas	3.955	9.662
Valor referente às acções próprias em carteira	127	386
	4.082	10.048

12. Interesses que não controlam

	30.06.11	31.12.10
Saldo em 1 de Janeiro	5.724	5.644
Transacções com interesses que não controlam	-	(742)
Variações de perímetro de consolidação (*)	-	173
Diferença cambial operações estrangeiras	4	10
Atribuição de resultados	380	639
Saldo no fim do período	6.108	5.724

(*) Em 2010, foi constituída a empresa NBASIT - Sistema de Informação e Telecomunicações, S.A. (Angola).

13. Empréstimos

	30.06.11	31.12.10
Não correntes		
Dívidas a instituições de crédito	6.004	6.200
Credores de locação financeira	1.896	1.679
	7.900	7.879
Correntes		
Dívidas a instituições de crédito	5.067	4.272
Credores de locação financeira	1.173	1.061
	6.240	5.333
Total dos empréstimos	14.140	13.212

Os períodos em que as dívidas a instituições financeiras correntes serão reembolsadas e negociadas com diferentes condições são os seguintes:

	30.06.11	31.12.10
6 meses ou menos	3.512	3.097
6 a 12 meses	1.555	1.175
	5.067	4.272

A maturidade das dívidas a instituições financeiras não correntes é como segue:

	30.06.11	31.12.10
De 1 a 2 anos	2.879	2.450
De 2 a 5 anos	2.925	3.600
Mais de 5 anos	200	150
	6.004	6.200

As taxas de juro efectivas à data de relato eram as seguintes:

	30.06.11	31.12.10
Dívidas a instituições de crédito	5,080%	4,299%
Contas bancárias a descoberto - 'Overdrafts'	1,445%	1,568%

Credores de locação financeira - Rendas mínimas:

	30.06.11	31.12.10
Até 1 ano	1.636	1.526
De 1 a 5 anos	2.507	2.264
	4.143	3.790
Futuros resultados financeiros não realizados da locação financeira	(1.074)	(1.050)
Valor líquido das responsabilidades com locações financeiras	3.069	2.740

O valor líquido das responsabilidades com locações financeiras pode ser analisado como segue:

	30.06.11	31.12.10
Até 1 ano	1.173	1.061
De 1 a 5 anos	1.896	1.679
	3.069	2.740

14. Provisões

Os movimentos das provisões são analisados como segue:

	Garantias a clientes	Processos Judiciais	Out. Riscos e Encargos	Total
Em 1 de Janeiro de 2010	790	499	956	2.245
Dotação do exercício	178	-	425	603
Utilizações	(588)	(15)	(612)	(1.215)
Em 31 de Dezembro de 2010	380	484	769	1.633
Dotação do período	65	-	245	310
Utilizações	(90)	-	(597)	(687)
Variação de perímetro	-	-	20	20
Em 30 de Junho de 2011	355	484	437	1.276

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	30.06.11	31.12.10
Fornecedores	28.254	19.122
Remunerações, férias e subsídios de férias e de Natal	11.721	8.240
Bónus	6.735	10.160
Projectos em curso	3.636	3.008
Imposto sobre o valor acrescentado	6.168	6.954
Contribuições para a segurança social	1.171	1.954
Retenção de impostos sobre os rendimentos	1.039	1.391
Colaboradores	48	181
Adiantamentos de clientes	28	24
Aquisição de participações financeiras	800	683
Outros acréscimos de custos	4.636	4.524
Outros credores	887	860
	65.123	57.101

16. Outros ganhos e perdas líquidos

	30.06.11	30.06.10
Imparidade e reversão de imparidade de clientes e outros devedores	(146)	428
Imparidade e reversão de imparidade de inventários	383	(118)
Provisão para garantias	25	292
Provisão para processos judiciais em curso	-	15
Provisões para outros riscos e encargos	352	(156)
Subsídios à exploração	52	290
Outros ganhos e perdas operacionais	(322)	(236)
	344	515

17. Imposto sobre o rendimento

Para o Grupo, o imposto sobre o rendimento do período difere do valor teórico usando a taxa média de impostos do país da empresa-mãe devido ao seguinte:

	30.06.11	30.06.10
Resultado antes de impostos	4.947	9.484
Imposto à taxa nominal (25%)	1.237	2.371
Benefícios fiscais relativos à criação líquida de postos de trabalho	(255)	(184)
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	104	109
Resultados relativos a empresas associadas	8	3
Tributação autónoma	(220)	281
Prejuízos em empresas onde não são reconhecidos impostos diferidos	(78)	(65)
Despesas não aceites para efeitos fiscais	53	142
Diferencial de taxa de imposto em empresas localizadas no estrangeiro	(48)	-
Benefício fiscal à Investigação e Desenvolvimento	(4)	(1.089)
Derrama	80	230
Imparidade do Pagamento Especial por Conta e prejuízos fiscais	208	97
Outros	2	(7)
Imposto sobre o rendimento	1.087	1.888

18. Resultados por acção

	30.06.11	30.06.10
Nº médio ponderado de acções ordinárias	30.331.298	30.082.427
Ajustamento relativo às stock options	-	42.706
Nº médio ponderado de acções ordinárias ajustado	30.331.298	30.125.133
Resultado total atribuível aos accionistas ordinários	3.480	7.151
Resultado por Acção - Básico - Euros	0,11 Euros	0,24 Euros
Resultado por Acção - Diluído - Euros	0,11 Euros	0,24 Euros

19. Partes relacionadas

Para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras, são consideradas como partes relacionadas todas as filiais e associadas, accionistas com influência na gestão do Grupo e elementos-chave na gestão do Grupo.

As transacções com partes relacionadas abaixo identificadas foram praticadas a preços de mercado, e são detalhadas como segue:

i) Venda de bens e prestação de serviços

	30.06.11	30.06.10
Grupo BES	5.383	6.659
	5.383	6.659

ii) Compras de bens e aquisição de serviços

	30.06.11	30.06.10
Grupo BES	356	216
	356	216

iii) Remuneração / Benefícios dos principais elementos da gestão da empresa

	30.06.11	30.06.10
Benefícios / remunerações de curto prazo	2.335	4.125
Stock options atribuídas	166	284
	2.501	4.409

iv) Saldos relativos a compras / vendas de bens e serviços

	30.06.11	31.12.10
Devedores de partes relacionadas		
Grupo BES	2.072	3.835
	2.072	3.835
Credores de partes relacionadas		
Grupo BES	34	68
	34	68

v) Aquisição de participações financeiras a partes relacionadas

	30.06.11	31.12.10
Aquisições a ex-accionistas da Novabase Infraestruturas, SGPS	7	214
Aquisições a ex-accionistas da Novabase Digital TV, S.A.	-	(246)
Aquisições a ex-accionistas da Novabase International Solutions B.V.	-	1.093
	7	1.061

vi) Saldos relativos à aquisição de participações financeiras a partes relacionadas (ex-accionistas)

	Não corrente		Corrente		Total	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Novabase Consulting SGPS	-	306	306	307	306	613
Novabase A.C.D.	78	157	109	78	187	235
SAF	32	65	33	32	65	97
Novabase International Solutions B.V.	133	399	266	266	399	665
	243	927	714	683	957	1.610

vii) Outros saldos com partes relacionadas

	30.06.11	31.12.10
Empréstimo à Mind	259	259
Empréstimo à Forward	22	22
Empréstimo à Novabase Atlântico	131	450
Empréstimos a outros sócios/accionistas	47	22
Devedores de partes relacionadas (nota 9)	459	753
Ajustamentos para empréstimos a partes relacionadas	(259)	(259)
	200	494

viii) Depósitos à ordem e aplicações de tesouraria (incluíndo 'Overdrafts')

	30.06.11	31.12.10
Grupo BES	14.227	11.351

20. Contingências

Face ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais para o exercício de 2010, ocorreram as seguintes alterações relevantes nos processos judiciais:

- Foi encerrado o processo de execução fiscal em que a Celfocus foi citada pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social referente a alegada falta de pagamento de contribuições e cotizações (valor da execução de 61m€), com a anulação da quase totalidade dos valores alegadamente em dívida e o pagamento de 100€.
- A NBO foi citada no âmbito de um segundo processo de execução fiscal pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social referente a alegada falta de pagamento de contribuições e cotizações dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2010. O valor da execução é de cerca de 439m€. Foi apresentada reclamação invocando o cumprimento dos deveres de apresentação das folhas de remuneração e do respectivo pagamento integral de todos os valores devidos, bem como a prescrição dos valores alegadamente em dívida. O processo aguarda decisão quanto à reclamação apresentada pelo Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa.

21. Eventos subsequentes ao fim do período

Não há eventos relevantes.

(Página intencionalmente deixada em branco)

II. DOCUMENTOS DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM

(Página intencionalmente deixada em branco)

`

Parecer da Comissão de Auditoria Sobre a Informação Financeira Consolidada

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei, do mandato que nos foi conferido pelos Senhores Accionistas e conforme previsto na g) do artigo 423º-F do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 1 do artigo 508º-D do mesmo Código, apresentamos sucinto relato da actividade fiscalizadora desenvolvida e damos Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Novabase SGPS, SA relativamente ao período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011.

Esta comissão realizou ao longo deste período cinco reuniões formais, bem como diversas reuniões informais, tendo procedido à fiscalização:

- da Administração da Sociedade, seja no tocante à observância do cumprimento da lei, do contrato de sociedade e demais regulamentação em vigor, seja no tocante à sua actividade de gestão, ás políticas prosseguidas e à conduta transparente, rigorosa e credível;

- da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, e das acções de controlo interno e de auditoria interna; e

- dos mecanismos, procedimentos e acções desenvolvidos na preparação e divulgação de informação financeira, assim como na revisão da exactidão dos documentos de prestação de contas, e das políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos correspondem a uma correcta avaliação da posição financeira e dos seus resultados.

No âmbito das competências que nos foram conferidas verificámos que:

- o relatório consolidado de gestão evidencia de forma correcta, clara e completa os aspectos mais significativos da evolução dos negócios e da situação patrimonial da Sociedade; igualmente, encontram-se devidamente identificados todos os riscos existentes, quer aqueles de natureza operacional, quer aqueloutros de natureza financeira; e

- as demonstrações financeiras consolidadas e o respectivo anexo dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos diversos Departamentos da sociedade, bem como, as conclusões constantes do Relatório de Revisão Limitada elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre a informação Semestral Consolidada, com o qual se concorda, somos do parecer que:

- seja aprovado o Relatório de Gestão;

- sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lisboa, 17 de Agosto de 2011

A Comissão de Auditoria

Luis Mira Amaral (Presidente)

Manuel Alves Monteiro (Vogal)

João Luís Duque (Vogal)

pwc

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, da Novabase SGPS, SA., incluída: no Relatório de Gestão, na Demonstração condensada da posição financeira consolidada (que evidencia um total de 201.780 milhares de euros e um total de capital próprio de 99.308 milhares de euros, o qual inclui interesses que não controlam de 6.108 milhares euros e um resultado líquido de 3.480 milhares de euros), na Demonstração condensada do rendimento integral consolidado, na Demonstração condensada de alterações aos capitais próprios consolidados, na Demonstração condensada dos fluxos de caixa consolidados do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (b) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade nº 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu: (a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira consolidada é completa,

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades
que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e (b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral consolidada.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade nº 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada na União Europeia e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos

9 Com base no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação constante do Relatório de gestão não é concordante com a informação financeira consolidada do período.

Lisboa, 16 de Agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

III. Valores Mobiliários detidos por Órgãos Sociais

`

(Página intencionalmente deixada em branco)

VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA SOCIEDADE E POR SOCIEDADES COM AS QUAIS A NOVABASE S.G.P.S. TEM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO, DETIDOS POR TITULARES DE ÓRGÃOS SOCIAIS DA NOVABASE S.G.P.S. E DAS OUTRAS SOCIEDADES

	Capital Social	Nº Total de Acções	NºAcções / Quotas detidas pelos Órgãos Sociais em 31.12.10	Transacções	NºAcções / Quotas detidas pelos Órgãos Sociais em 30.06.11	% detida pelos Órgãos Sociais em 30.06.11
Novabase S.G.P.S., S.A.	**15.700.697 €**	**31.401.394**	**11.338.168**	**22.307**	**11.360.475**	**36,2%**
José Afonso Oom Ferreira de Sousa			2.514.947	0	2.514.947	8,0%
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho			2.170.679	0	2.170.679	6,9%
Luís Paulo Cardoso Salvado			1.918.040	0	1.918.040	6,1%
Rogério dos Santos Carapuça			1.884.787	0	1.884.787	6,0%
João Nuno da Silva Bento			1.799.793	0	1.799.793	5,7%
Álvaro José da Silva Ferreira			953.100	0	953.100	3,0%
Nuno Carlos dos Santos Fórneas			81.017	22.307	103.324	0,3%
Manuel Fernando Macedo Alves Monteiro			9.000	0	9.000	0,0%
Luís Fernando de Mira Amaral			6.305	0	6.305	0,0%
João Luís Correia Duque			500	0	500	0,0%
NBASIT - Sist. Inf. e Telecomunicações, S.A.	**47.500.000 AOA**	**100.000**	**800**	**0**	**800**	**0,8%**
Álvaro José da Silva Ferreira			400	0	400	0,4%
Francisco Paulo Figueiredo Morais Antunes			200	0	200	0,2%
Luís Paulo Cardoso Salvado			200	0	200	0,2%
CelFocus, S.A.	**100.000 €**	**100.000**	**3**	**0**	**3**	**0,0%**
Paulo Jorge Barros Pires Trigo			1	0	1	0,0%
Francisco Manuel Martins Pereira do Valle			1	0	1	0,0%
José Afonso Oom Ferreira de Sousa			1	0	1	0,0%
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	**61.333 €**	**61.333**	**3.750**	**0**	**3.750**	**6,1%**
Pedro Cabrita Quintas			3.750	0	3.750	6,1%
Forward, S.A.	**250.000 €**	**250.000**	**200.000**	**0**	**150.000**	**60,0%**
Bernardo Gomes Pinto			50.000	0	50.000	20,0%
Carlos Costa Brito (*)			50.000	0	N/A	-
Miguel Leite Fragoso			50.000	0	50.000	20,0%
Nuno Baião dos Santos			50.000	0	50.000	20,0%
Manchete, S.A.	**150.000 €**	**150.000**	**37.501**	**0**	**37.501**	**25,0%**
Mª de Fátima da Silva Rebelo			37.501	0	37.501	25,0%

(*) Deixa de pertencer aos órgãos sociais.

(Página intencionalmente deixada em branco)

CONTAS INDIVIDUAIS 1º semestre de 2011

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

(Página intencionalmente deixada em branco)

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS CONDENSADAS para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Condensada da Posição Financeira Individual em 30 de Junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	30.06.11	31.12.10
Activo			
Activos Não Correntes			
Activos fixos tangíveis		171	174
Investimentos financeiros	4	36.754	36.709
Empréstimos a empresas subsidiárias	12	11.323	10.964
Activos por impostos diferidos	5	12	23
Outros activos não correntes		72	69
Total de Activos Não Correntes		**48.332**	**47.939**
Activos Correntes			
Clientes e outras contas a receber	6	30.327	31.577
Imposto sobre o rendimento a receber		389	-
Outros activos correntes		12	9
Caixa e equivalentes a caixa		8.669	16.521
Total de Activos Correntes		**39.397**	**48.107**
Total do Activo		**87.729**	**96.046**
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital social		15.701	15.701
Acções próprias		(490)	(603)
Prémios de emissão		43.560	43.560
Reservas e resultados acumulados	7	5.227	5.592
Resultado líquido		1.322	2.799
Total do Capital Próprio		**65.320**	**67.049**
Passivo			
Passivos Não Correntes			
Empréstimos	8	1.600	950
Provisões		110	77
Passivos por impostos diferidos	5	100	909
Outros passivos não correntes		-	306
Total de Passivos Não Correntes		**1.810**	**2.242**
Passivos Correntes			
Empréstimos	8	150	50
Fornecedores e outras contas a pagar	9	20.449	26.613
Imposto sobre o rendimento a pagar		-	92
Total de Passivos Correntes		**20.599**	**26.755**
Total do Passivo		**22.409**	**28.997**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**87.729**	**96.046**

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas seleccionadas às demonstrações financeiras individuais condensadas

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Condensada do Rendimento Integral Individual

para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

		6 M *	
	Nota	**30.06.11**	**30.06.10**
Prestação de serviços	12	1.642	1.642
Fornecimentos e serviços externos		(362)	(490)
Gastos com o pessoal		(1.592)	(2.348)
Outros ganhos e perdas líquidos	10	713	687
		401	(509)
Depreciações		(3)	(3)
Resultados Operacionais		**398**	**(512)**
Proveitos financeiros		280	91
Custos financeiros		(43)	(18)
Resultados Antes de Impostos		**635**	**(439)**
Imposto sobre o rendimento	11	687	146
Resultado Líquido		**1.322**	**(293)**
Outro rendimento integral no período		-	-
Rendimento integral total no período		**1.322**	**(293)**

6 M * - período de 6 meses findo em

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Condensada de Alterações aos Capitais Próprios Individuais do período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Acções próprias	Prémio de emissão de acções	Reservas legais	Res. relativ. a opções s/ acções	Res. livres e resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2010		**77.714**	**15.701**	**(723)**	**49.213**	**1.558**	**379**	**11.586**
Rendimento integral total no período		(293)	-	-	-	-	-	(293)
Redução de capital		(5.435)	(5.652)	-	-	-	-	217
Aumento de capital		-	5.652	-	(5.652)	-	-	-
Pagamento de dividendos	7	(9.662)	-	-	-	-	-	(9.662)
Constituição de Reserva legal		-	-	-	-	807	-	(807)
Compra e venda de acções próprias		936	-	120	-	-	-	816
Pagamentos baseados em acções		284	-	-	-	-	284	-
Saldos em 30 de Junho de 2010		**63.544**	**15.701**	**(603)**	**43.560**	**2.365**	**663**	**1.858**
Saldos em 1 de Janeiro de 2011		**67.049**	**15.701**	**(603)**	**43.560**	**2.365**	**1.076**	**4.950**
Rendimento integral total no período		1.322	-	-	-	-	-	1.322
Pagamento de dividendos	7	(3.955)	-	-	-	-	-	(3.955)
Constituição de Reserva legal		-	-	-	-	140	-	(140)
Compra e venda de acções próprias		738	-	113	-	-	-	625
Pagamentos baseados em acções		166	-	-	-	-	166	-
Saldos em 30 de Junho de 2011		**65.320**	**15.701**	**(490)**	**43.560**	**2.505**	**1.242**	**2.802**

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas seleccionadas às demonstrações financeiras individuais condensadas

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa Individuais
para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	6 M *	
		30.06.11	30.06.10
Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		4.005	2.097
Pagamentos a fornecedores		(455)	(385)
Pagamentos ao pessoal		(865)	(2.769)
Fluxo gerado pelas operações		2.685	(1.057)
Pagamentos de imposto sobre o rendimento		(58)	(31)
Outros pagamentos operacionais		(666)	(300)
		(724)	(331)
Fluxo das Actividades Operacionais		**1.961**	**(1.388)**
Actividades de Investimento			
Recebimentos:			
Investimentos em filiais e associadas		3	-
Juros e proveitos similares		277	122
Dividendos		4.663	-
		4.943	122
Pagamentos:			
Investimentos em filiais e associadas		(45)	(265)
		(45)	(265)
Fluxo das Actividades de Investimento		**4.898**	**(143)**
Actividades de Financiamento			
Recebimentos:			
Empréstimos obtidos		750	-
Venda de acções próprias		152	253
		902	253
Pagamentos:			
Empréstimos obtidos		-	(668)
Financiamento de filiais		(11.621)	(7.580)
Dividendos	7	(3.955)	(9.662)
Juros e custos similares		(37)	(21)
		(15.613)	(17.931)
Fluxo das Actividades de Financiamento		**(14.711)**	**(17.678)**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**16.521**	**20.042**
Variação de caixa e seus equivalentes		**(7.852)**	**(19.209)**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**8.669**	**833**

6 M * - período de 6 meses findo em

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas seleccionadas às demonstrações financeiras individuais condensadas

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Notas seleccionadas às Demonstrações Financeiras Individuais Condensadas
para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011

1. Informação geral

A Novabase, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante designada por Novabase ou Empresa), com sede na Av. D. João II, Lote 1.03.2.3, Parque das Nações - 1998-031 Lisboa – Portugal, tem como objecto a gestão de participações sociais em outras empresas como forma indirecta de exercício de actividade económica, sendo a "Holding" do Grupo Novabase.

A Novabase está cotada na Euronext Lisbon.

O capital social é composto por 31.401.394 acções (2010: 31.401.394 acções), tendo todas as acções o valor nominal de 0,5 Euros.

Estas demonstrações financeiras individuais condensadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de Julho de 2011. É opinião do Conselho de Administração que elas reflectem de forma apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Principais políticas contabilísticas

Estas demonstrações financeiras condensadas para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 foram preparadas em conformidade com a IAS 34 'Relato Financeiro Intercalar'. As demonstrações financeiras condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, que foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de euros (m €).

Excepto quanto à situação referida a seguir, as políticas contabilísticas aplicadas são consistentes com as adoptadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, tal como descritas nessas demonstrações financeiras anuais.

A estimativa para imposto sobre o rendimento incluída nestas contas foi determinada com base na taxa de imposto anual prevista para o exercício de 2011.

Normas e Interpretações que se tornaram efectivas no período iniciado em 1 de Janeiro de 2011:

• **IAS 32 (alteração)**, 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Novabase.

• **IFRS 1 (alteração)**, 'Adopção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de Dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Novabase por já aplicar as IFRS.

• **IAS 24 (alteração)**, 'Partes relacionadas'. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Novabase.

• **Melhoria anual das normas em 2010**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adoptadas pela Novabase, quando aplicáveis, não tendo qualquer impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras da Novabase.

• **IFRIC 14 (alteração)**, 'IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo activo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Novabase.

• **IFRIC 19**, 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida.

Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior:

• **IFRS 1 (alteração)**, 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adoptam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados activos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Novabase.

• **IFRS 7 (alteração)**, 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Novabase.

• **IAS 12 (alteração)**, 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com activos dependendo se a Entidade estima recuperar o valo líquido do activo através do uso ou da venda, excepto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Novabase.

• **IAS 1 (alteração)**, 'Apresentação de demonstrações financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Novabase.

• **IFRS 9 (novo)**, 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos de dívida, são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Novabase aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IFRS 10 (novo)**, 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A Novabase aplicará a IFRS 10 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IFRS 11 (novo)**, 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida. A Novabase aplicará a IFRS 11 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IFRS 12 (novo)**, 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efectuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28. A Novabase aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IFRS 13 (novo)**, 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao efectuar uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRSs. A Novabase aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IAS 27 (revisão 2011)**, 'Demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A Novabase aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IAS 28 (revisão 2011)**, 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. A Novabase aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• **IAS 19 (alteração)**, 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. A Novabase aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

3. Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes

A preparação das demonstrações financeiras condensadas requer que a Administração efectue estimativas e adopte pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores reportados de activos e passivos, rendimentos e gastos, consequentemente os resultados futuros podem vir a ser diferentes dos estimados.

As estimativas e julgamentos mais relevantes utilizados na preparação destas demonstrações financeiras individuais condensadas são consistentes com os adoptados na preparação das demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

4. Investimentos financeiros

Em 30 de Junho de 2011, o detalhe dos investimentos financeiros da Novabase S.G.P.S. era o seguinte:

			% participação		Custo de aquisição	
	Empresa	**Sede**	**30.06.11**	**31.12.10**	**30.06.11**	**31.12.10**
	Novabase Serviços, S.A.	Lisboa - Portugal	100,0%	100,0%	250	250
	Novabase Consulting SGPS, S.A.	Lisboa - Portugal	100,0%	100,0%	13.993	13.993
	TechnoTrend Holding N.V.	Amesterd. - Holanda	49,5%	49,5%	3.881	3.881
	Novabase Interactive TV SGPS, S.A.	Lisboa - Portugal	100,0%	100,0%	11.813	11.813
	TVLab, S.A.	Lisboa - Portugal	100,0%	100,0%	259	259
	Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	Lisboa - Portugal	100,0%	100,0%	3.299	3.299
(a1)	Novabase Infraestruturas, SGPS, S.A.	Lisboa - Portugal	12,7%	12,7%	1.586	1.579
	Nbase International Investments B.V.	Amesterd. - Holanda	100,0%	100,0%	1.058	1.058
	Novabase Capital SGCR, S.A.	Lisboa - Portugal	100,0%	100,0%	4.704	4.704
	NBASIT-Sist. de Inf. e Telec., S.A.	Luanda - Angola	49,4%	49,4%	172	172
	ITExample, ACE	Carnaxide - Portugal	4,4%	-	30	-
	Lisgarante, S.A.	Lisboa - Portugal	0,0%	0,0%	21	13
					41.066	41.021
	Ajustamento por imparidade de investimentos financeiros				(4.312)	(4.312)
					36.754	36.709

(a1) O aumento da rubrica de investimentos financeiros refere-se à componente variável prevista nos contratos de aquisição celebrados em 2008.

No 1º semestre de 2011, a Novabase S.G.P.S. não reconheceu qualquer perda por imparidade de investimentos financeiros (no 1º semestre de 2010: 110m€) - nota 10.

5. Activos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos foi o seguinte:

	30.06.11	**31.12.10**
Saldo em 1 de Janeiro	23	236
Efeito registado em resultados	(11)	(213)
Saldo no fim do período	12	23

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

	30.06.11	**31.12.10**
Saldo em 1 de Janeiro	909	100
Efeito registado em resultados	(809)	809
Saldo no fim do período	100	909

O movimento nos activos por impostos diferidos no período é o seguinte:

	Prejuízos Fiscais	Ajustamentos	Total
Em 1 de Janeiro de 2010	216	20	236
Dotações Resultado Líquido	(206)	(7)	(213)
Em 31 de Dezembro de 2010	10	13	23
Dotações Resultado Líquido	(10)	(1)	(11)
Em 30 de Junho de 2011	-	12	12

6. Clientes e outras contas a receber

	30.06.11	31.12.10
Clientes conta corrente		
- Partes relacionadas - nota 12	383	1.664
- Outros	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	303	303
Ajustamento por imparidade de clientes	(303)	(303)
	383	1.664
Partes relacionadas - nota 12	29.866	29.523
Alienação de participações financeiras - nota 12	149	149
Pessoal	8	-
Outros saldos a receber	245	519
Ajustamento por imparidade de outros devedores - nota 12	(324)	(278)
	29.944	29.913
	30.327	31.577

A Novabase S.G.P.S. reconheceu no período, na rubrica de 'Outros ganhos e perdas líquidos', uma perda por imparidade no valor de 46m€ (no 1º semestre de 2010: 0m€) - nota 10.

7. Reservas e resultados acumulados

Na Assembleia Geral de 5 de Maio de 2011 foi decidido pagar aos accionistas o montante de 4.082m€, correspondendo a 0,13€ por acção. O pagamento ocorreu em Junho.

	30.06.11	30.06.10
Pagamento a accionistas	3.955	9.662
Valor referente às acções próprias em carteira	127	386
	4.082	10.048

8. Empréstimos

	30.06.11	31.12.10
Não correntes		
Dívidas a instituições de crédito	1.600	950
	1.600	950
Correntes		
Dívidas a instituições de crédito	150	50
	150	50
Total dos empréstimos	1.750	1.000

Os períodos em que as dívidas a instituições financeiras correntes serão reembolsadas e negociadas com diferentes condições são os seguintes:

	30.06.11	31.12.10
6 meses ou menos	50	-
6 a 12 meses	100	50
	150	50

A maturidade das dívidas a instituições financeiras não correntes é como segue:

	30.06.11	31.12.10
De 1 a 2 anos	350	200
De 2 a 5 anos	1.050	600
Mais de 5 anos	200	150
	1.600	950

As taxas de juro efectivas à data de relato eram as seguintes:

	30.06.11	31.12.10
Dívidas a instituições de crédito	4,279%	2,785%

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	30.06.11	31.12.10
Fornecedores		
- Partes relacionadas - nota 12	3	71
- Outros	5	5
Acréscimos de custos		
- Pessoal	3.187	2.561
- Outros acréscimos de custos	82	72
Estado e outros entes públicos	175	425
Colaboradores	1	3
Partes relacionadas - nota 12	16.690	23.169
Aquisição de participações financeiras - nota 12	306	307
	20.449	26.613

10. Outros ganhos e perdas líquidos

	30.06.11	30.06.10
Imparidade e reversão de imparidade de clientes e outros devedores (nota 6)	(46)	-
Imparidade e reversão de imparidade de investimentos financeiros (nota 4)	-	(110)
Imparidade e reversão de imparidade de empréstimos	359	247
Provisões para outros riscos e encargos	(33)	-
Outros ganhos e perdas operacionais	433	550
	713	687

11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período difere do valor teórico usando a taxa média de impostos devido ao seguinte:

	30.06.11	30.06.10
Resultado antes de impostos	635	(439)
Imposto à taxa nominal (25%)	159	(110)
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	30	28
Despesas não aceites para efeitos fiscais	6	(16)
Reduções de provisões	(100)	(63)
Tributação autónoma	(793)	10
Derrama	4	-
Imparidade do Pagamento Especial por Conta	7	-
Outros	-	5
Imposto sobre o rendimento	(687)	(146)

12. Partes relacionadas

i) As transacções realizadas com partes relacionadas são detalhadas como segue:

Parte relacionada	Prestação de serviços		Compras	
	30.06.11	30.06.10	30.06.11	30.06.10
Novabase Capital SGCR, S.A.	22	22	-	-
NBO Recursos em TI, S.A.	43	43	-	-
Novabase Serviços, S.A.	851	851	73	71
Novabase Business Solutions, S.A.	488	488	-	-
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	87	87	-	-
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	151	151	-	-
	1.642	1.642	73	71

ii) Os saldos líquidos de clientes e fornecedores com partes relacionadas podem ser apresentados como segue:

Parte relacionada	Clientes (nota 6)		Fornecedores (nota 9)	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
NBO Recursos em TI, S.A.	9	160	-	-
Novabase Business Solutions, S.A.	102	672	-	-
Novabase E.A., S.A.	-	103	-	-
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	-	-	-	7
Novabase Serviços, S.A.	176	173	3	64
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	32	207	-	-
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	-	88	-	-
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	24	194	-	-
Novabase Consulting Espanha, S.A.	2	17	-	-
Nbase International Investments B.V.	23	16	-	-
Novabase Capital SGCR, S.A.	4	4	-	-
Novabase Digital TV Technologies GmbH	1	1	-	-
Novabase Solutions Middle East FZ-LLC	-	21	-	-
NBASIT-Sist. de Inf. e Telecomunic., S.A.	10	8	-	-
	383	1.664	3	71

iii) Os saldos líquidos de outros devedores e outros credores com partes relacionadas podem ser apresentados como segue:

Parte relacionada	O. Devedores (nota 6)		O. Credores (nota 9)	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Novabase Consulting SGPS, S.A.	436	2.470	-	-
NBO Recursos em TI, S.A.	-	(126)	1.153	2.427
Novabase Business Solutions, S.A.	-	709	3.152	11.399
Novabase E.A., S.A.	484	-	-	579
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	-	-	203	512
Novabase Serviços, S.A.	7.126	6.717	-	-
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	-	1.756	11.064	7.289
Octal 2 Mobile,S.A.	-	-	926	963
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	3.498	3.907	-	-
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	10.740	3.020	-	-
Novabase Consulting Espanha, S.A.	350	350	-	-
Novabase Interactive TV SGPS, S.A.	5.628	8.215	-	-
Nbase International Investments B.V.	1.052	786	-	-
Novabase Capital SGCR, S.A.	-	47	34	-
Mind, S.A.	259	259	-	-
TVLab, S.A.	-	855	156	-
Novabase Atlântico - Sist. Informação,S.A.	131	450	-	-
Novabase Infraestruturas, SGPS, S.A.	112	111	-	-
Gedotecome Informática, Lda	-	(3)	2	-
Evolvespace Solutions, Lda.	50	-	-	-
	29.866	29.523	16.690	23.169
Ajustamento por imparidade de outros devedores	(324)	(278)		
	29.542	29.245		

iv) Os saldos relativos à aquisição de participações financeiras a partes relacionadas podem ser apresentados como segue:

Parte relacionada	Não corrente		Corrente (nota 9)	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Ex-accionistas Novabase Consulting SGPS	-	306	306	307
	-	306	306	307

v) Os saldos relativos à alienação de participações financeiras a partes relacionadas podem ser apresentados como segue:

Parte relacionada	Não corrente		Corrente (nota 6)	
	30.06.11	31.12.10	30.06.11	31.12.10
Promotores Sapi 2 ci, Consultadoria Informática, S.A.	72	69	78	75
PT Comunicações (Superemprego)	-	-	71	74
	72	69	149	149

vi) Os saldos de empréstimos a partes relacionadas detalham-se como segue:

	30.06.11	31.12.10
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	3.080	3.080
TVLab, S.A.	2.525	2.525
Nbase International Investments B.V.	6.121	6.121
Novabase Consulting Espanha, S.A.	800	800
	12.526	12.526
Ajustamento por imparidade de empréstimos	(1.203)	(1.562)
	11.323	10.964

Estes empréstimos revestem a forma legal de prestações suplementares e não vencem juros nem têm prazo de pagamento estipulado.

13. Contingências

Face ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais para o exercício de 2010, não houve alterações materiais ocorridas nos processos judiciais.

14. Eventos subsequentes ao fim do período

Não há eventos relevantes.

(Página intencionalmente deixada em branco)

II. DOCUMENTOS DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM

(Página intencionalmente deixada em branco)

Parecer da Comissão de Auditoria Sobre a Informação Financeira Individual

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei, do mandato que nos foi conferido pelos Senhores Accionistas e conforme previsto na g) do artigo 423º-F do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos sucinto relato da actividade fiscalizadora desenvolvida e damos Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais apresentados pelo Conselho de Administração da Novabase SGPS, SA relativamente ao período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011.

Esta comissão realizou ao longo deste período cinco reuniões formais, bem como diversas reuniões informais, tendo procedido à fiscalização:

- da Administração da Sociedade, seja no tocante à observância do cumprimento da lei, do contrato de sociedade e demais regulamentação em vigor, seja no tocante à sua actividade de gestão, ás políticas prosseguidas e à conduta transparente, rigorosa e credível;

- da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, e das acções de controlo interno e de auditoria interna; e

- dos mecanismos, procedimentos e acções desenvolvidos na preparação e divulgação de informação financeira, assim como na revisão da exactidão dos documentos de prestação de contas, e das políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos correspondem a uma correcta avaliação da posição financeira e dos seus resultados.

No âmbito das competências que nos foram conferidas verificámos que:

- o relatório de gestão evidencia de forma correcta, clara e completa os aspectos mais significativos da evolução dos negócios e da situação patrimonial da Sociedade; igualmente, encontram-se devidamente identificados todos os riscos existentes, quer aqueles de natureza operacional, quer aqueloutros de natureza financeira; e

- as demonstrações financeiras e o respectivo anexo dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos diversos Departamentos da sociedade, bem como, as conclusões constantes do Relatório de Revisão Limitada elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre a informação Semestral Individual com o qual se concorda, somos do parecer que:

- seja aprovado o Relatório de Gestão;

- sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 17 de Agosto de 2011

A Comissão de Auditoria

Luis Mira Amaral (Presidente)

Manuel Alves Monteiro (Vogal)

João Luís Duque (Vogal)

pwc

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre a Informação Semestral Individual

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, da Novabase SGPS, SA., incluída: no Relatório de gestão, na Demonstração condensada da posição financeira individual (que evidencia um total de 87.729 milhares de euros e um total de capital próprio de 65.320 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.322 milhares de euros), na Demonstração condensada do rendimento integral individual, na Demonstração de alterações aos capitais próprios individuais, na Demonstração condensada dos fluxos de caixa individuais do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a informação financeira histórica, preparada em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade nº 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu: (a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e (b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades
que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade nº 34 – Relato Financeiro Intercalar, tal como adoptada pela União Europeia e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos

9 Com base no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação constante do Relatório de gestão não é concordante com a informação financeira do período.

Lisboa, 16 de Agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos no número 1, alínea c) do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Novabase S.G.P.S, S.A., abaixo identificados declaram que:

(i) a informação constante das demonstrações financeiras condensadas e dos demais anexos relativamente ao período findo em 30 de Junho de 2011, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Novabase S.G.P.S., S.A. e das demais empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação; e

(ii) o relatório de gestão intercalar expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Novabase S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correcta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

Lisboa, 25 de Julho de 2011

Rogério dos Santos Carapuça
(Administrador Não-Executivo, Presidente do Conselho de Administração)

Luís Paulo Cardoso Salvado
(Administrador Executivo, Presidente da Comissão Executiva - CEO)

José Afonso Oom Ferreira de Sousa
(Administrador Não-Executivo)

Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho
(Administrador Não-Executivo)

João Nuno da Silva Bento
(Administrador Executivo, Vogal da Comissão Executiva)

Álvaro José da Silva Ferreira
(Administrador Executivo, Vogal da Comissão Executiva)

Nuno Carlos Dias dos Santos Fórneas
(Administrador Executivo, Vogal da Comissão Executiva)

Francisco Paulo Figueiredo Morais Antunes
(Administrador Executivo, Vogal da Comissão Executiva - CFO)

Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Rodrigues
(Administrador Não-Executivo)

Luís Fernando de Mira Amaral
(Administrador Não-Executivo, Independente, Presidente da Comissão de Auditoria)

Manuel Fernando Macedo Alves Monteiro
(Administrador Não-Executivo, Independente, Vogal da Comissão de Auditoria)

João Luís Correia Duque
(Administrador Não-Executivo, Independente, Vogal da Comissão de Auditoria)

(Página intencionalmente deixada em branco)